

O pagamento do abono salarial, ano-base 2016, está disponível para pessoas nascidas entre os meses de maio e junho e também para servidores públicos inscritos com os finais 8 e 9. O benefício varia de R\$80 a R\$954 e está de acordo com o tempo de trabalho em 2016. Quem tem conta no BB ou na Caixa recebe pelo crédito automático. Este ano o PIS – destinado a trabalhadores da iniciativa privada – vai pagar cerca de R\$ 2,7 bilhões a pouco menos de quatro milhões de trabalhadores.

Réu no STF, senador Romero Jucá diz que estão 'tentando criminalizar a política'

O líder do governo do Senado, Romero Jucá (MDB-RR), rebateu, ontem (13), a decisão do Supremo Tribunal Federal de torná-lo réu no âmbito das investigações relativas a Odebrecht. Ao explicar que está tranquilo quanto ao andamento do processo, Jucá disse que estão "tentando criminalizar a política". "O que está se tentando fazer é criminalização da política. Isso foi uma doação oficial, que foi feita a centenas de pessoas, portanto, não há nenhum tipo de doação estapafúrdia ou sem limite de 150 mil reais. Não é nenhum valor que pudesse configurar

nenhum tipo de vantagem ilícita", disse.

Questionado se considerava um demérito ser considerado réu no Supremo, ele respondeu negativamente. "Não, porque os juízes todos disseram textualmente que não estavam entrando no mérito da questão. Fizemos questão de dizer isso. Estavam discutindo a questão processual. Agora, quando for discutido o mérito, eu estou tranquilo. Vai ser provado que isso foi doação oficial, sem nenhum tipo de contrapartida", afirmou. O líder governista evitou atacar os membros do STF. Ele responsabilizou principalmente o ex-procurador-geral da

pública, Rodrigo Janot, pela denúncia que acaba de ganhar andamento no STF.

"Os excessos devem ser discutidos e tratados pela Justiça. Na verdade, o excesso nesse caso foi cometido pelo Rodrigo Janot, que fez uma denúncia inepta e irresponsável. Agora ao receber a denúncia os ministros do Supremo entenderam que era preciso instruir essa denúncia, portanto os ministros agiram de acordo com a norma técnica do STF. Eu não tenho nenhum comentário a fazer sobre a postura de qualquer ministro, acho que eles estão se resguardando e dando andamento técnico aos procedimentos e na instrução



Jucá: "vai ser provado que isso foi doação oficial, sem nenhum tipo de contrapartida", afirmou.

do processo nós vamos provar qual é a verdade", disse. Para Jucá, apesar da condição agora de réu, não há motivo para ele deixar seu posto de líder do governo no Senado.

Oemedebista foi questionado ainda sobre outra recente decisão do Supremo, que pediu

a quebra de sigilo bancário do presidente Michel Temer. Jucá relacionou a medida às movimentações do presidente em torno de uma possível candidatura à reeleição. "Sempre há uma desconfiança de que há algum fato em cima dessa movimentação política. Por

coincidência, toda vez que ele faz uma movimentação política acontece esse tipo de coisa. Eu não quero aqui fazer nenhum tipo de ilação, mas por coincidência isso ocorreu. Ele já está exposto por ser presidente da República, sabe o que vai sofrer", afirmou (AE).

Governo vai recorrer da decisão de Barroso sobre indulto natalino

O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, afirmou ontem (13) que o governo vai recorrer da decisão do ministro do STF, Luís Roberto Barroso, de restabelecer o indulto natalino decretado por Michel Temer no fim do ano passado, contudo sem incluir os crimes de colarinho branco. O decreto de perdão judicial tinha sido suspenso pela presidência da Corte, que o considerou inconstitucional. Segundo Marun, o recurso está sendo preparado pela Advocacia-Geral da União (AGU). "O remédio jurídico pra essa doença, a decisão está sendo tomada no âmbito da AGU. Não sei que tipo de recurso, mas vai recorrer", afirmou a jornalista do Palácio do Planalto.

Em sua decisão, Barroso argumenta que as regras do decreto original são inconstitucionais por conceder o



Ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, e o ministro da Justiça, Torquato Jardim.

perdão da pena a condenados que tivessem pagado as multas previstas em suas penas ou que não tivessem cumprido somente 20% do tempo de prisão a que foram condenados. O juiz restabeleceu a exigência do cumprimento de pelo menos

um terço da pena e impôs o máximo de oito anos de pena para que o preso tenha acesso ao benefício. O ministro da Justiça, Torquato Jardim, afirmou que o Judiciário está invadindo uma competência exclusiva do presidente da República ao

mudar o teor do decreto.

"O papel [do Judiciário] não é legislar. Legislar é função do poder Legislativo, essa é a premissa fundamental. Portanto, nesse juízo clássico jurídico, onde o decreto fala um quinto e a liminar decide por um terço, é legislação, não é interpretação. (...) Segundo passo, no que legisla de um quinto para um terço invade competência exclusiva do presidente da República. Isso está expresso na Constituição", argumentou o ministro da Justiça.

Torquato acrescentou ainda que, ao "avançar no mérito da questão", Barroso "subtraiu competência do plenário do Supremo". E ressaltou que o controle judicial deve se colocar "aquém da escolha discricionária do presidente" e que, neste caso, "não cabe juízo de valor do Judiciário" (ABR).

Cármem Lúcia: STF não se submete a pressões políticas

A presidente do STF, ministra Cármem Lúcia, disse ontem (13), em São Paulo, que "não se submete a pressões", ao ser questionada sobre a ação de políticos em relação à tramitação de processos em segunda instância. Ela deu a declaração ao participar do encontro 'Mulheres no Poder: A Questão do Gênero na Justiça Brasileira', promovido pelo jornal Folha de São Paulo.

Em relação às críticas feitas pela presidente nacional do PT, senadora Gleisi Hoffmann, contra o STF, a ministra reagiu dizendo que sempre lutou pela democracia e que todos têm o direito de se manifestar, porque, caso não pensasse dessa maneira, estaria contrariando o que sempre defendeu: a liberdade de expressão.

"Lutei a minha vida inteira pela liberdade de expressão e pela democracia; não é agora que, quando sou o sujeito que recebe a crítica, que eu iria mudar" disse. Segundo a presidente do STF, "as críticas às vezes mais contundentes, às vezes mais ácidas" resultam dessa luta democrática. Sobre a decisão do ministro Luís Roberto Barroso, do STF, sobre o indulto de Natal, Cármem Lúcia disse que - por



Cármem Lúcia: o papel da mulher na sociedade avançou muito, mas que ainda precisa vencer obstáculos.

uma questão ética por ser parte votante no processo - não poderia se pronunciar.

Do encontro de ontem também participaram a ministra da Advocacia Geral da União (AGU), Grace Mendonça, e a ministra do Supremo Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha. Elas e a ministra Cármem Lúcia disseram que o papel da mulher na sociedade avançou muito, mas que ainda carece de luta para vencer obstáculos, principalmente, no que se refere à desigualdade no mercado de trabalho (ABR).

Campanha visa combater juros excessivos

Chega de Engolir Sapo é o nome da campanha lançada ontem (13), durante reunião entre o presidente da Fiesp e do Ciesp, Paulo Skaf, e líderes da indústria, do comércio, dos serviços e da agricultura que representam milhares de empresas e milhões de empregos. Chega de Engolir Sapo combate os juros mais altos do mundo, cobrados dos consumidores brasileiros. Ao apresentar o conceito, Skaf destacou a importância do dia e lembrou a semelhança com o início, em setembro de 2015, da campanha Não Vou Pagar o Pato.

Além de impedir, graças ao forte apoio popular, o aumento de impostos, o Pato acabou virando símbolo da luta pelo impeachment. "O Sapo inicia hoje sua carreira, seu trabalho, sua missão", afirmou Skaf na calçada do prédio da Fiesp, na avenida Paulista. Quanto ao Pato, está recolhido, disse, mas pronto para sair às ruas caso haja qualquer ameaça de aumento de impostos. O Sapo, explicou, nasce numa campanha de todos os empresários e setores profissionais presentes. Não é da Fiesp e do Ciesp, ressaltou. São entidades



Skaf e o sapo da nova campanha.

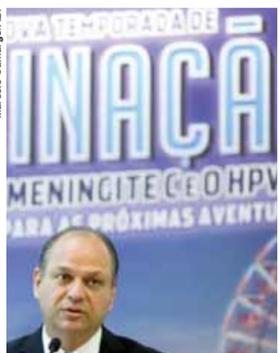
de diversos setores, nos níveis municipal, estadual e federal.

O Sapo está de olho nos juros cobrados no Brasil, os mais altos do mundo. Como os impostos elevados demais, os juros brasileiros são absurdos. Houve redução da Selic, a taxa básica de juros, reconheceu Skaf, ressaltando que ainda é alta, mas o alvo da campanha está nos juros cobrados pelos bancos de consumidores. O Sapo nasce para combater a elevada taxa cobrada do consumidor, das pessoas, da Nação, afirmou Skaf. O foco é no que as pessoas, o povo, estão pagando (AI/Fiesp).

Vacina para 10 milhões de adolescentes contra meningite e HPV

O Ministério da Saúde lançou ontem (13) a Campanha de Mobilização e Comunicação para a Vacinação do Adolescente contra HPV e Meningites. Cerca de 10 milhões de jovens estão sendo convocados a comparecer aos postos de saúde para serem imunizados. Devem receber a dose contra o HPV meninas de 9 a 14 anos e meninos de 11 a 14 anos. Já a faixa etária de imunização contra a meningite C foi ampliada e passa a ser de 11 a 14 anos. Até o ano passado, eram imunizados apenas meninos e meninas de 12 e 13 anos.

"A campanha está completamente de acordo com a mudança de foco que estamos implantando no Ministério da Saúde, que é priorizar a prevenção", avaliou o ministro da Saúde, Ricardo Barros. A coordenadora do Programa Nacional de Imunizações, Carla Domingues, explicou que a vacina estará disponível o ano inteiro para adolescentes e não em um período pré-definido. A campanha será de esclarecimento e conscientização para que o público alvo compareça



Ministro Ricardo Barros, lança campanha de vacinação contra meningite C e HPV.

aos pontos de vacinação.

Com o slogan "Não perca a nova temporada de vacinação contra a meningite C e o HPV", a campanha será veiculada até o próximo dia 30, por meio de filme, jingle para rádios, outdoor, envolvimento em metrô e ônibus, peças digitais e conteúdos para redes sociais, cartazes e folders. "Nesta campanha, vamos pedir ao MEC que solicite às escolas o envio ao Ministério da Saúde da programação de vacinação em cada unidade escolar", completou o ministro (ABR).

Celular pós-pago é o serviço mais bem avaliado por usuários

O resultado da pesquisa de satisfação e qualidade dos serviços de telecomunicação divulgado ontem (13) pela Anatel, mostra o serviço de telefonia móvel pós-paga em primeiro lugar na avaliação dos usuários em 2017. Em segundo e terceiro lugares aparecem os serviços de TV por assinatura e telefonia fixa. A telefonia celular pré-paga e o serviço de banda larga fixa tiveram as piores avaliações dos consumidores. No total, foram realizadas 140 mil entrevistas de 26 de julho a 3 de dezembro de 2017. Os usuários atribuíram notas de 0 (nada satisfeito) a 10 (totalmente satisfeito) às suas prestadoras de telecomunicação e serviços ofertados.

A telefonia móvel na modalidade pós-paga marcou 6,99 pontos e foi o único serviço a melhorar em todos os sete indicadores avaliados (canais de atendimento, atendimento telefônico, oferta

e contratação, funcionamento, cobrança e recarga, reparo e instalação, e capacidade de resolução das demandas dos consumidores). Em 2016, o serviço recebeu 6,86 pontos. O estado com o serviço de celular pós-pago melhor avaliado foi o Amazonas, onde obteve 7,23 pontos. Entre as prestadoras, a melhor avaliada, com 8,32, foi a Porto Seguro. A empresa opera nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. E, seguida vem a Vivo, com 7,26; e a TIM, com 7,16.

A TV por assinatura teve nota final de 6,93. O estado que apresentou a maior satisfação com o serviço foi o Maranhão, com 7,42 pontos. Entre as prestadoras, a melhor avaliada foi a Nossa TV, com 8,96 pontos. Em seguida vem a Cabo Telecom, com 7,68, que tem forte presença no Rio Grande do Norte; e a Claro, com nota final 7,24. Já o serviço de telefonia fixa recebeu avaliação final de 6,92 em 2017 (ABR).

"Um dia desses, eu separo um tempinho e ponho em dia todos os choros que não tenho tido tempo de chorar".

Carlos Drummond de Andrade
(1902/1897)
Poeta brasileiro

BOLSAS

O Ibovespa: -0,59% Pontos: 86.383,84 Máxima de +0,5% : 87.333 pontos Mínima de -0,9% : 86.119 pontos Volume: 9,13 bilhões Variação em 2018: 13,06% Variação no mês: 1,21% Dow Jones: -0,68% Pontos: 25.007,03 Nasdaq: -1,02% Pontos: 7.511,01 Ibovespa

Futuro: -0,35% Pontos: 87.090 Máxima (pontos): 87.975 Mínima (pontos): 86.600. Global 40 Cotação: 874,798 centavos de dólar Variação: -0,86%.

CÂMBIO

Dólar comercial no balcão Compra: R\$ 3,2610 Venda: R\$ 3,2615 Variação: +0,11% - Dólar Paralelo Compra: R\$ 3,33 Venda: R\$ 3,43 Variação: +0,1% - Dólar Ptax Compra: R\$ 3,2486 Venda: R\$ 3,2492 Variação: -0,35% - Dólar Turismo Compra: R\$ 3,2700 Venda: R\$ 3,4030 Variação: +0,29% - Dólar Futuro (abril)

Cotação: R\$ 3,2650 Variação: -0,06% - Euro (18h30) Compra: US\$ 1,2388 Venda: US\$ 1,2388 Variação: +0,45% - Euro comercial Compra: R\$ 4,0370 Venda: R\$ 4,0390 Variação: +0,5% - Euro turismo Compra: R\$ 3,9270 Venda: R\$ 4,1970 Variação: +0,65%.

JUROS

CDB prefixado de 30 dias, 6,50% ao ano. - Capital de giro, 9,56% ao ano. - Hot money, 1,11% ao mês. - CDI, 6,64% ao ano. - Over a 6,65%.

OURO

Ouro Cotação: US\$ 1.327,10 a onça-troy (1 onça-troy equivale a 31,1035 gramas) Variação: +0,48% - Ouro BM&F (à vista) Cotação: 140.000 Variação: +0,34%.